

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC**

**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**NATIELLI VITALI DUMINELLI CHYZI**

**O PATRIMÔNIO LÍQUIDO E A PERCEPÇÃO DA REALIZAÇÃO DA RESERVA DE  
ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EDUCACIONAL E SOCIAL EM UMA COOPERATIVA  
DE ELETRIFICAÇÃO CATARINENSE**

**CRICIÚMA**

**2019**

**NATIELLI VITALI DUMINELLI CHYZI**

**O PATRIMÔNIO LÍQUIDO E A PERCEPÇÃO DA REALIZAÇÃO DA RESERVA DE  
ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EDUCACIONAL E SOCIAL EM UMA COOPERATIVA  
DE ELETRIFICAÇÃO CATARINENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Mestre João Vanio Mendonça Cardoso.

**CRICIÚMA**

**2019**

**NATIELLI VITALI DUMINELLI CHYZI**

**O PATRIMÔNIO LÍQUIDO E A PERCEPÇÃO DA REALIZAÇÃO DA RESERVA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EDUCACIONAL E SOCIAL EM UMA COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO CATARINENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Ambiental e Responsabilidade Social.

Criciúma, 04 de Julho de 2019.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. João Vanio Mendonça Cardoso - Mestre - (UNESC) – Orientador

Prof. Mestre Leonel Luiz Pereira – Examinador - (UNESC)

Prof. Esp. Valcir Mantovani - Examinador - (UNESC)

**Dedico este trabalho a todos que participaram de alguma forma da minha formação acadêmica.**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pois sem o seu auxílio e proteção eu não concretizaria esta etapa em minha vida. Agradeço, também, aos meus pais, Delir Duminelli, Andrea Vitali Duminelli, minha irmã Meline Vitali Duminelli e ao meu esposo Eder Batista Chyzi pelo apoio e incentivo.

Aos meus colegas de faculdade, colegas de trabalho e amigos que estiveram presente em momentos essenciais relacionados à minha formação acadêmica.

Ao meu Orientador, Mestre João Vanio Mendonça Gonçalves, pela compreensão e auxílio na realização deste artigo.

A Coopera, Cooperativa Pioneira de Eletrificação, pela oportunidade de realizar este estudo, em especial aos setores de Cooperativismo, Relações Humanas, Contabilidade e Setor Comercial que estiveram sempre dispostos a sanar dúvidas e responder questionamentos. Além disso, agradeço a todos os associados da Coopera que se disponibilizaram a responder o questionário para levantamento da pesquisa.

Enfim, a todos que de alguma forma colaboraram para a realização deste artigo.

**“A cooperação é a convicção plena de que ninguém pode chegar à meta se não chegarem todos.”. Virginia Burden**



## O PATRIMÔNIO LÍQUIDO E A PERCEPÇÃO DA REALIZAÇÃO DA RESERVA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EDUCACIONAL E SOCIAL EM UMA COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO CATARINENSE

Natielli Vitali Duminelli Chyzi<sup>1</sup>  
João Vanio Mendonça Cardoso<sup>2</sup>

**RESUMO:** As cooperativas de eletrificação (CE's) destacam-se por distribuírem energia e agregar desenvolvimento social na região de atuação. Diferenciam-se das demais instituições por possuírem finalidade e legislação específicas. O objetivo deste trabalho é inicialmente descrever a composição do Patrimônio Líquido (PL), considerando as obrigações exclusivas para CE's, que incluem a constituição da reserva de assistência técnica, educacional e social (RATES) e posteriormente verificar a percepção dos interessados diante a realização da RATES em uma CE catarinense. A metodologia aplicada assume caráter descritivo, por meio de estudo de caso, já os meios de investigação utilizados foram, a pesquisa bibliográfica, documental e a coleta de dados a partir de questionários, por fim, a abordagem apresentou-se como qualitativa. No caso da Coopera, verificou-se que as principais mutações ocorridas no PL são entrada e saída de capital e na apuração do resultado do período. Ressalva-se que na Coopera 80% do resultado do período já possui destinação fixada. Quanto à aplicação do questionário, identificou-se que três ações realizadas obtiveram uma percepção maior, sendo elas: Coopera em ação; Coopera em comunidade; e Núcleo Feminino. No entanto, essa percepção é consideravelmente baixa ao compreender a quantidade de consumidores atendidos pela cooperativa.

**PALAVRAS – CHAVE:** Cooperativas de Eletrificação. Patrimônio líquido. Mutações. RATES. Percepção.

**AREA TEMÁTICA:** CONTABILIDADE AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL.

### 1 INTRODUÇÃO

O cooperativismo é considerado um modelo de negócios que une o desenvolvimento econômico e social visando sanar necessidades encontradas em grupos na sociedade. O modelo contempla a união de pessoas dispostas a trabalhar em prol de um mesmo objetivo. As cooperativas estão presentes em 100 países e são responsáveis por gerar 250 milhões de empregos no mundo (OCB, 2018). O caráter social das cooperativas possui direta relação com os resultados financeiros obtidos, pois, quanto mais desenvolvida for à cooperativa, maior será sua contribuição para a sociedade (ARRIGONI, 2000).

---

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

<sup>2</sup> Mestre, UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.



No Brasil, as cooperativas possuem divisão por segmentos da economia, são divididas em 13 ramos. As cooperativas de eletrificação estão classificadas no ramo de infraestrutura. Essas entidades possuem responsabilidade de suprir necessidades essenciais da sociedade, oportunizando o desenvolvimento igualitário a todos (OCB, 2018).

Esse modelo de cooperativa surgiu quando o poder público não apresentou interesse em levar eletricidade ao interior do país. Atualmente, as cooperativas de eletrificação são responsáveis por atender mais de quatro milhões de brasileiros (OCB, 2018). Segundo Cardoso, Oliveira e Gianezini (2018), no ano 2000, as cooperativas de eletrificação rural começaram a ser regularizadas como permissionárias ou autorizadas do serviço público de distribuição de energia, passaram, então, a serem regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O Patrimônio Líquido (PL) de uma cooperativa de eletrificação (CE) apresenta diferenças claras quando comparadas com as demais formas de organização empresarial. Essas diferenças podem ser vistas ao compreender que o principal objetivo das cooperativas não é o lucro e sim, sanar as necessidades sociais, promovendo o desenvolvimento da região em que está inserida. Além disso, todos os associados possuem parcela do capital, ou seja, todos são responsáveis pelo negócio. Por esse motivo, as cooperativas possuem obrigações específicas para a elaboração de suas demonstrações contábeis (LIMA, 2005).

Conforme a Lei 5.764/71, o patrimônio líquido de uma cooperativa possui capital social, que é subdividido por quotas-partes, são obrigadas ainda a constituir: reserva legal, com mínimo de 10% das sobras líquidas do exercício e reserva de assistência técnica, educacional e social (RATES), mínimo de 5% das sobras líquidas do exercício. Possui, também, a conta de sobras ou perdas de acordo com a apuração do exercício vigente (BRASIL, 1971).

Possuindo então, responsabilidade legal e estatutária na realização do patrimônio líquido, levantou-se o seguinte questionamento: Qual a composição do patrimônio líquido e a percepção da realização da reserva de assistência técnica, educacional e social em uma cooperativa de eletrificação? Sendo assim, o principal objetivo desta pesquisa é: Verificar a composição do patrimônio líquido e identificar a percepção da realização da reserva de assistência técnica, educacional e social em uma cooperativa de eletricidade. Para tal, será necessário: a) Identificar e descrever as principais características das contas que compõem o patrimônio líquido; b) Verificar as mutações que ocorrem nas contas do patrimônio líquido; c) Analisar a percepção da realização da reserva de assistência técnica, educacional e social.

A presente pesquisa justifica-se principalmente pela oportunidade de ampliar os estudos sobre o Patrimônio Líquido e reserva de assistência técnica, educacional e social. Além desse fato, possibilita maior integração e visibilidade para a sociedade local, sobre a gama de projetos que são desenvolvidos pela cooperativa por meio da Reserva de assistência técnica, educacional e social (RATES), proporcionando desenvolvimento local e social nas cidades de atuação da cooperativa.

Por fim, as sessões subseqüentes serão compostas pela fundamentação teórica, procedimentos metodológicos, coleta e análise dos dados e considerações finais.



## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo serão apresentados os aspectos conceituais e teóricos sobre os temas abordados na pesquisa, por meio de pesquisa bibliográfica. As temáticas abordadas serão: Cooperativas, cooperativas de eletrificação, patrimônio líquido, capital social, reservas legais e reservas estatutárias, sobras ou perdas líquidas e destinação do PL na dissolução de cooperativas.

### 2.1 COOPERATIVAS

A cooperação faz parte da natureza do homem e significa trabalhar simultaneamente ou coletivamente. As cooperativas, por sua vez, são associações autônomas que agregam a união entre pessoas, com intuito de suprir aspirações e necessidades econômicas, culturais e sociais comuns através de um empreendimento coletivo. As cooperativas apresentam aspectos parecidos com outros modelos de negócios existentes, porém, possuem finalidade, forma de propriedade e controle diferente das demais sociedades (SEBRAE, 2009).

O surgimento das cooperativas ocorreu em 1844, na cidade de Rochdale-Manchester, na Inglaterra. Um grupo de 28 trabalhadores uniu-se para montar um armazém, pois não conseguiam comprar o necessário para sobreviver nos mercados da região. A ideia inicial era comprar uma grande quantidade de produtos, conseguindo, então, um menor preço. Tudo que fosse arrecadado seria distribuído para todos que faziam parte do grupo. Todos deveriam trabalhar de forma honesta, solidária e transparente. No Brasil, oficialmente, as cooperativas iniciaram em 1889, em Minas Gerais, com a fundação da cooperativa econômica dos funcionários públicos de ouro preto (OCB, 2018).

Para direcionar os cooperativistas espalhados por todo o mundo, foram estabelecidos os setes princípios do cooperativismo, são eles:

- 1) adesão voluntária e livre; 2) gestão democrática pelos membros; 3) Participação econômica dos membros; 4) Autonomia e independência; 5) Educação, formação e informação; 6) Intercooperação; e 7) Interesse pela comunidade (SESCOOP/MG, p. 5, 2011).

O sistema cooperativista é organizado de forma mundial, buscando garantir a unificação da doutrina cooperativista, defendendo fielmente seus interesses. A organização que representa mundialmente o cooperativismo é Aliança cooperativa internacional – ACI. Já no Brasil, a organização responsável pelas cooperativas é a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB. Além disso, cada estado brasileiro possui uma organização de representação (SEBRAE, 2009)

Tratando-se de estrutura, como existem diversas áreas que as cooperativas podem atuar, foram definidos 13 ramos de atuação. Classificados a seguir: (1) Agropecuária; (2) Consumo; (3) Crédito; (4) Educacional; (5) Especial; (6) Infraestrutura; (7) Habitacional; (8) – Produção; (9) Mineral; (10) Trabalho; (11) Saúde; (12) – Turismo e Lazer; (13) – Transporte (SEBRAE, 2009).

Tratando especificamente das cooperativas do ramo de Infraestrutura, estas são responsáveis por fornecer serviços essenciais a seus associados, como telefonia e energia elétrica. Através da disponibilidade desses serviços as cooperativas oportunizam a seus cooperados a possibilidade de desenvolver a



região em que estão inseridos. Sendo assim, no próximo capítulo será discorrido sobre as cooperativas de eletrificação, foco deste estudo (OCB, 2018).

### 2.1.1 Cooperativas de Eletrificação

As cooperativas de eletrificação (CE's) iniciaram a partir da necessidade de energia elétrica nas pequenas propriedades rurais. Isso porque, as empresas responsáveis pela distribuição não apresentavam interesse em fornecer energia a esses locais, pois o nível de investimento em áreas rurais era superior e trazia retorno menor ao comparar com centros mais popularizados (PELEGRINI, 2003).

As CE's prosperaram a partir da crise capitalista de 1929, quando o presidente dos Estados Unidos, da época, Roosevelt, criou um plano, chamado *New Deal*. O *New Deal* tinha como objetivo agregar a participação do estado como incentivador da economia. A prioridade inicial deste plano seria a eletrificação de toda a área rural americana. Com a falta de interesse das empresas distribuidoras na expansão, foi transferido à responsabilidade de incentivar a formação de cooperativas a um órgão federal, chamado *Rural Electrification Administration* (REA). Esse incentivo consistia de apoio técnico e financiamentos com juros baixos a longo prazo. Destaca-se que na década de 40, grande maioria da área rural americana possuía energia elétrica. Posteriormente, muitos países da América Latina tomaram esse modelo de negócio para seus países, inclusive o Brasil (PELEGRINI, 2003).

A primeira CE, oficialmente fundada no Brasil, foi no estado do Rio Grande Sul, chamada cooperativa de força e luz quatro irmãos, no ano de 1941, hoje desativada (FECOERGS, 2018). Em Santa Catarina, a primeira cooperativa de eletrificação foi fundada em 27 de janeiro de 1959, na cidade de Forquilha, denominada cooperativa pioneira de eletrificação – COOPERA (KOWALSKI; FERNANDES; FARIA, 2010).

No Brasil, na década de 70, o Governo Federal estabeleceu um financiamento com exclusividade para as cooperativas de eletrificação rural, promovido pelo BID – Banco Interamericano de desenvolvimento, repassado pelo GEER – Grupo Executivo de Eletrificação Rural. A partir disso, as cooperativas puderam investir na construção, manutenção e operação das redes, surgindo, assim, os sistemas isolados de distribuição (PASIN, 2013).

Até 1990, houve um grande crescimento das CE's, principalmente pelo incentivo contínuo do estado. Porém, a reforma literal que aconteceu na década de 90, trouxe grandes dificuldades para as cooperativas de eletrificação rural. Foram reduzidos os investimentos, os preços e tarifas estavam altos, haviam cobranças de valores pelo simples fato de serem cooperativas, associado às privatizações do setor, levaram as CE's a enfrentarem uma crise. (MUNARETTO, 2014). Na década seguinte, passaram a ser enquadradas como permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, a partir do processo de regulamentação perante a agência nacional de energia elétrica – ANEEL (CARDOSO; OLIVEIRA; GIANEZINI, 2017).

No presente momento existem 22 cooperativas de eletrificação no Estado de Santa Catarina. Essas CE's são responsáveis pela manutenção e operação de 22 mil quilômetros de rede, atendendo cerca de 171 mil propriedades catarinenses correspondendo a 650 mil usuários (FECOERUSC, 2018). A seção a seguir traz a definição e composição do patrimônio líquido nas sociedades de forma geral.



## 2.2 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido (PL) é o valor restante dos ativos das entidades após as deduções de todos os seus passivos. Demonstra, ainda, o montante total de capital próprio da organização, pertencente aos sócios ou acionistas (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014). De acordo com a Lei 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações, com redação modificada pela Lei 11.941/09, o PL é dividido em: capital social; reservas de capital; ajuste de avaliação patrimonial; reservas de lucros; ações ou cotas em tesouraria e prejuízos acumulados (BRASIL, 2009). Martins et al (2013) demonstra a composição de cada conta:

### Quando 01: Composição do Patrimônio Líquido

Conta	Descrição
<b>Capital social</b>	Contém os valores investidos pelos sócios ou acionistas, ou os lucros gerados que foram reinvestidos na empresa.
<b>Reservas de capital</b>	Valores recebidos que não transitam e não transitarão pelo resultado como receitas, pois se originam de transações de capital com os sócios.
<b>Ajuste de avaliação patrimonial</b>	Agrega as contrapartidas de aumentos e reduções de itens do ativo e passivo de acordo com as avaliações a preços de mercado.
<b>Reservas de lucros</b>	Indicam lucros retidos para utilizações específicas.
<b>Ações ou Cotas em tesouraria</b>	Corresponde ao montante das ações adquiridas da própria empresa.
<b>Prejuízos acumulados</b>	Conta responsável por receber o resultado negativo do período. Nos casos de sociedade não por ações, podem ser Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Fonte: Elaborado pelo autor conforme Martins et al (2013).

Após compreender o conceito de Patrimônio Líquido e a sua composição, é necessário salientar que o objetivo principal das cooperativas não é o lucro e sim a prestação de serviços a seus associados, por esse motivo, a estrutura do PL das cooperativas apresenta características distintas das organizações privadas (LIMA,2005). Desta forma, ao observar a Lei 5.764/71, juntamente com a norma brasileira de contabilidade (NBC TE) 10.8, compreende-se os aspectos que apresentam discrepância ao comparar com as demais sociedades, e devem ser seguidos rigorosamente pelas entidades cooperativas (BRASIL,1971). Para compreender essas diferenças, a próxima seção demonstrará como funciona o capital social nas cooperativas.

### 2.2.1 Capital social

Tratando das cooperativas, apesar de possuírem natureza jurídica civil, não devem ser confundidas com sociedades comerciais, pois não estabelecem



atividades comerciais e não objetivam lucro, visam, por sua vez, agregar desenvolvimento econômico com objetivo de diminuir a desigualdade social no meio em que estão inseridas (VISITIN, 2013).

Por mais que o objetivo das cooperativas seja o desenvolvimento social, estas necessitam de capital suficiente para gerenciar suas atividades. Desta forma, para iniciar e manter as operações, as cooperativas necessitam de investimento. Esse investimento é aportado com a subscrição de capital, que consiste no ato da associação, prossegue com identificação da quantidade de quotas-parte, e têm fim na integralização, que representa o pagamento da quota-parte. Então, o valor presente no capital social representa a união entre todas as quotas-partes de seus associados (RECH, 2000).

A Lei 5.764/71 institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, dispondo em seus artigos as normas que definem a formação e a manutenção do capital social (BRASIL, 1971). No Quadro 02, estão descritos, de forma compilada as diretrizes contidas na Lei 5.764/71:

Quadro 02: Diretrizes na constituição e manutenção do Capital Social das Cooperativas.

<b>CAPITAL SOCIAL</b>	
<b>O valor das quotas-partes</b>	Não poderá ser superior ao salário mínimo vigente no País. (unitário)
	Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total das quotas-partes.
	Independente do número de quotas-parte o associado possuirá somente direito a um voto na Assembleia Geral.
<b>É vedado</b>	Qualquer distribuição de benefícios às quotas-partes, com exceção dos juros de 12%, ao ano que incidirão sobre a parte integralizada.
	A venda ou compra do Capital Social por terceiro, exclusivamente pelos cooperados.
<b>O estatuto deve conter</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Capital mínimo;</li> <li>✓ Valor da quota-parte;</li> <li>✓ Modo de integralização;</li> <li>✓ Condições de sua retirada nos casos de demissão, eliminação ou exclusão do associado;</li> <li>✓ Forma de devolução das sobras, ou rateio das perdas.</li> </ul>
<b>A integralização e o aumento das quotas-parte</b>	Poderão ser feitos com bens, se aprovados pela Assembleia Geral ou com retenção de parte do valor do movimento financeiro dos associados.
	Poderão ser integralizadas através de prestações periódicas, contribuições ou outra forma estabelecida por órgãos executivos federais.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da lei 5.764/71 (BRASIL, 1971).

O Quadro 03 demonstra quais são as movimentações existentes dentro da conta de capital social nas cooperativas:



Quadro 03: Movimentação da conta Capital Social

<b>Movimentações</b>	
<b>Acresce o Capital Social</b>	A Livre adesão do associado, quando de sua admissão, pelo valor das quotas-partes fixado no estatuto social.
	A subscrição de novas quotas-partes.
	A retenção estatutária sobre a produção ou serviço.
	A capitalização de sobras.
	A incorporação de reservas, exceto as indivisíveis.
<b>Decresce o Capital Social</b>	A retirada do associado, por demissão, eliminação ou exclusão.
	A absorção de perdas ou prejuízos após a utilização do saldo de Reserva Legal, respeitado o Capital Social mínimo, definidos no Estatuto Social.

Fonte: Elaborado pelo autor conforme a NBC TE 10.8 (2001).

Quando a cooperativa realizar a demissão, eliminação ou exclusão de algum associado, o valor a restituir passará a compor uma conta de passivo, denominada capital social a restituir. Além disso, estarão presentes na conta de capital social a restituir os valores previstos estatutariamente, a partir do momento que existir o direito de retirada (NBC TE 10.8, 2001).

O Capital Social é essencial para que as cooperativas viabilizem o desenvolvimento próprio e de seus associados, quanto maior o número de associados maior o capital social da entidade. Entende-se, então, a importância do ingresso e permanência de cada cooperado, para garantir o crescimento e desenvolvimento da entidade cooperativa, como também, da região em que a mesma atua (BORTOLINI, 2013).

### **2.2.2 Reservas Legais e Reservas Estatutárias**

As reservas são constituídas para garantir finalidades diversas, podendo estar previstas na legislação ou nos estatutos sociais. Os valores distribuídos para as contas de reserva, tratadas pela Lei 5.764/71 como fundos, são provenientes da apuração das sobras ou perdas de cada exercício (BRASIL, 1971).

A Lei 5.764/71, no art. 28, define a obrigatoriedade de constituição de dois fundos especificados no Quadro 04 (BRASIL, 1971):

Quadro 04: Fundos de constituição obrigatória em Entidades Cooperativas.

<b>Identificação</b>	<b>Constituição Mínima (%)</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Divisibilidade</b>
Fundo de Reserva	10	Reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.	Indivisível
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	5	Prestação de assistência aos associados, seus familiares e quando previsto no estatuto, aos empregados da cooperativa.	Indivisível

Fonte: Elaborado pelo autor conforme Lei 5.764/71 (BRASIL, 1971).

A partir da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 10.8 (2001), específica para entidades cooperativas, os fundos previstos na legislação são



denominados reservas, por isso, o fundo de reserva será tratado como reserva legal e o fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) será denominado como reserva de assistência técnica, educacional e social (RATES).

Existe a possibilidade de a cooperativa, a partir do art. 28 criar por meio da deliberação da assembleia geral, alguma reserva específica, desde que seja fixado o modo de formação, aplicação e liquidação (BRASIL, 1971). De acordo com SESCOOP/MG (2011) devem constar no Estatuto Social a existência da reserva e o percentual aplicado.

#### 2.2.2.1 Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (RATES)

As reservas constituídas pelas cooperativas possuem cunho de cumprimento legal, porém carregam intenções de colocar em prática os princípios do cooperativismo. Em especial, dois princípios podem ser observados: O princípio de educação, formação e informação, que visa à promoção da formação e informação entre membros, representantes eleitos, dirigentes e trabalhadores, e o princípio de Interesse pela sociedade que garante o desenvolvimento da comunidade por meio de políticas cooperativistas (DUARTE; VIEIRA, 2016)

As destinações da reserva de assistência técnica, educacional e social (RATES) não estão especificadas na legislação, desta forma, as cooperativas controlam os dispêndios desses valores. Porém, o estatuto social poderá apresentar em quais atividades a reserva será aplicada (SESCOOP/MG, 2011). Além disso, a lei 5.764/71, no art. 28, cita que os serviços a serem atendidos pela RATES poderão ser feitos a partir de convênio com entidades públicas e privadas (BRASIL, 1971). O Quadro 05 apresenta os tipos de destinação contemplados na RATES:

Quadro 05: Destinações da RATES

<b>Caráter das destinações</b>	
<b>Assistência Técnica</b>	Objetiva prestar orientações e serviços aos associados, tanto na parte operacional quanto na parte executiva.
<b>Assistência Educacional</b>	Propõe a realização de cursos e treinamentos aos cooperados e familiares.
<b>Assistência Social</b>	Constituição e manutenção de programas sociais.

Fonte: Elaborado pelo autor conforme SESCOOP/MG (2011)

As destinações da RATES propiciam as cooperativas a oportunidade de cumprirem com a sua função de diminuir a desigualdade social entre as classes, oportunizando a comunidade uma melhor condição social, desenvolvendo assim, uma maior qualidade de vida entre seus associados (SESCOOP/MG, 2011).

Quanto ao tratamento nas demonstrações contábeis, os dispêndios de assistência técnica educacional e social devem ser registrados em contas de resultado e poderão ser absorvidos pela RATES, no encerramento do exercício



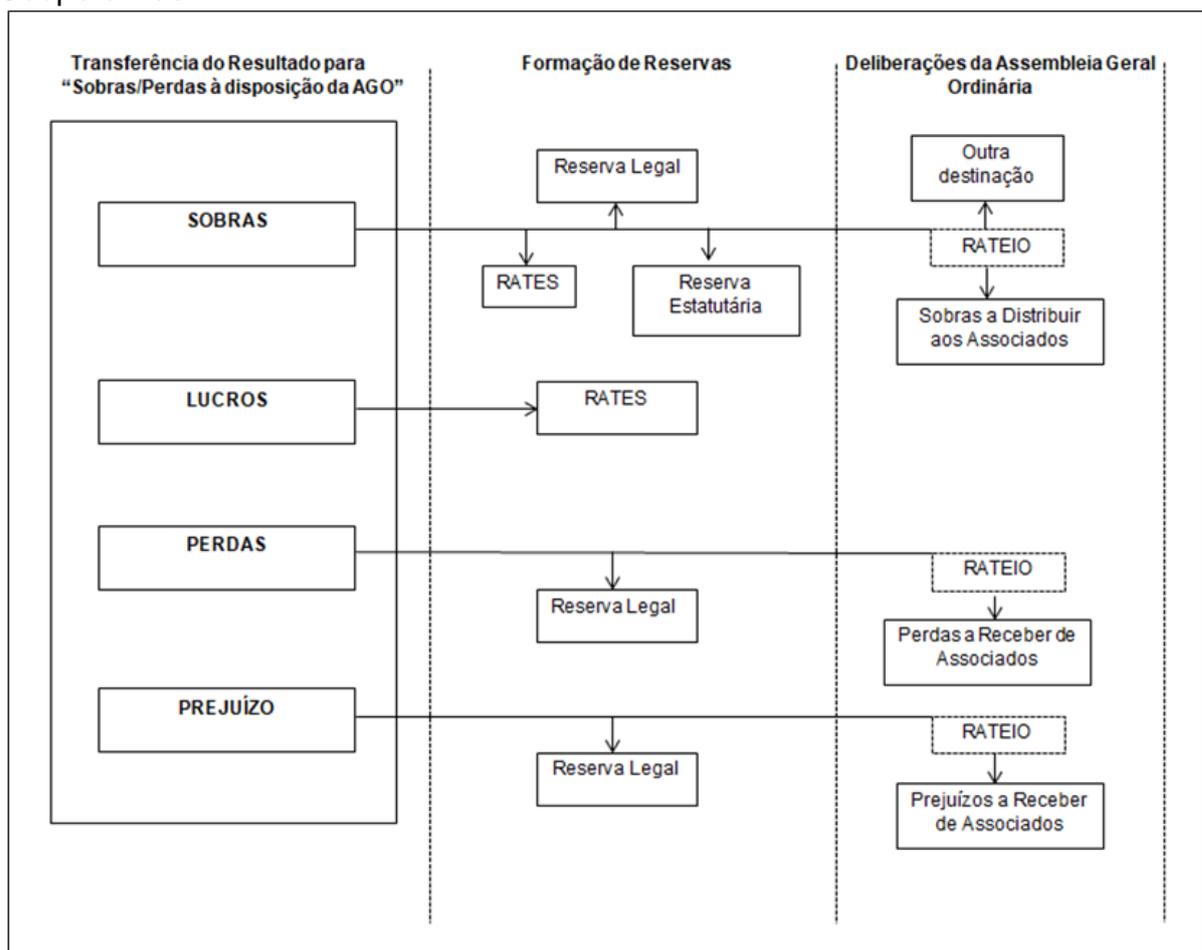
social. Com relação às sobras, a absorção deverá ser feita após as destinações para as reservas legais (NBC TE 10.8, 2001).

### 2.2.3 Sobras ou perdas e Lucros ou Prejuízos

O encerramento do exercício social das cooperativas poderá resultar em sobras ou perdas quando tratar-se de atos cooperativos e lucros ou prejuízos nos casos de atos não cooperativos. Os atos cooperativos são aqueles praticados entre a cooperativa e seus associados com objetivo social comum. Já os atos não cooperativos são aqueles realizados com terceiros, não associados. As sobras originam-se da diferença positiva entre os ingressos e os dispêndios do ato cooperativo, enquanto as perdas decorrem da diferença negativa. O lucro é o resultado positivo entre a diferença das receitas, custos e despesas provindas do ato não cooperativo, por sua vez, o prejuízo decorre da diferença negativa (NBC TE 10.8, 2001).

Após o encerramento do exercício o resultado encontrado será destinado conforme as especificações presentes na legislação, estatuto e normas contábeis. A figura 01 demonstra de forma detalhada como funciona a movimentação após a apuração do resultado do exercício:

Figura 01: Movimentação do resultado líquido do exercício nas Entidades Cooperativas.



Fonte: Adaptado de Santos, Gouveia e Vieira (2008).



Verificando a figura 01 compreende-se que inicialmente os valores resultantes da apuração do exercício tramitaram pela conta de sobras e perdas a disposição da assembleia ordinária (AGO), antes de serem destinadas para a formação de reservas e rateio entre os associados (SANTOS, GOUVEIA E VIEIRA, 2008).

As sobras líquidas do exercício, após receberem as suas destinações legais e estatutárias, serão postas à disposição da assembleia geral para deliberação. As perdas líquidas, no entanto, serão absorvidas pela reserva legal, e se, apresentarem insuficiência, serão rateadas entre os cooperados, não devendo existir saldo pendente ou acumulado do exercício anterior (NBC TE 10.8, 2001).

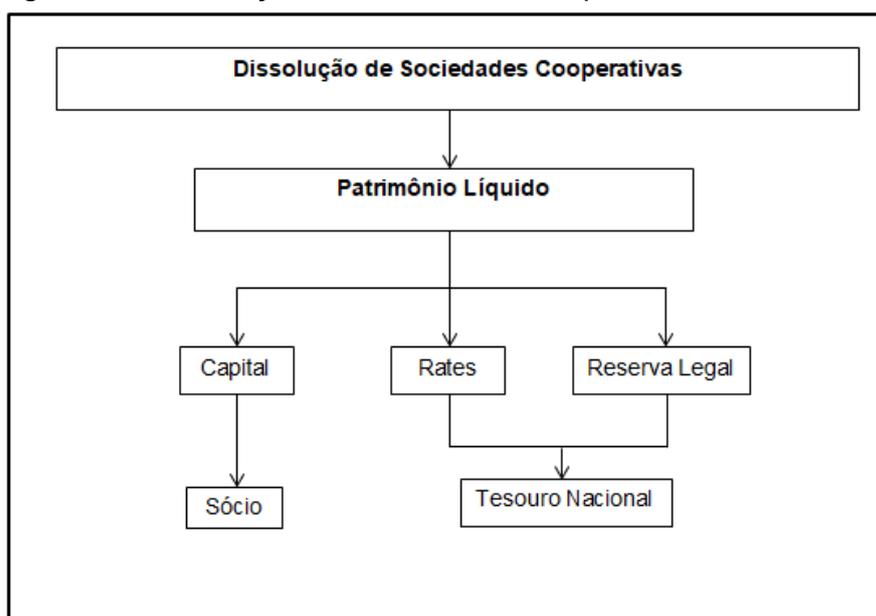
O lucro será destinado integralmente para a reserva de assistência técnica, educacional e social, não podendo ser objeto de rateio entre os associados. Por sua vez, o prejuízo deve ser levado à reserva legal, e se for insuficiente para a sua cobertura, será rateado entre os associados (NBC TE 10.8, 2001).

Conforme a NBC TE 10.8 (2001) as entidades Cooperativas devem distribuir as sobras líquidas aos seus associados conforme a produção de bens ou serviços a eles entregues, considerando o volume de fornecimento de bens de consumo e insumos, dentro do exercício social, exceto nos casos deliberados pela AGO. Nas cooperativas de eletrificação as sobras líquidas são distribuídas aos associados conforme a proporcionalidade das operações realizadas com a cooperativa. (COOPERA, 2019)

#### 2.2.4 Destinação do PL na Dissolução das Cooperativas

As entidades cooperativas poderão ser dissolvidas ou eliminadas por variados motivos. No capítulo XI da Lei 5.764/71 estão dispostas as formas de dissolução e liquidação, como, também, o comportamento das contas de capital social e reservas (BRASIL, 1971). A figura 02 apresenta como ocorrem as movimentações que envolvem o Patrimônio Líquido na dissolução das sociedades cooperativas, conforme o art. 68, da Lei 5.764/71:

Figura 02: Dissolução de sociedades cooperativas



Fonte: Elaborado pelo autor conforme lei 5.764/71 (BRASIL, 1971).



Conforme a Lei 5.764/71 a reserva legal e a reserva de assistência técnica, educacional e social (RATES), são indivisíveis entre os sócios, por isso, antes de qualquer partilha de capital, as reservas legais são destinadas para o tesouro nacional (BRASIL, 1971).

### 2.3 ESTUDOS CORRELATOS

Com o intuito de verificar estudos correlatos a esta pesquisa, foi realizado uma busca, onde foram encontrados três autores que perpassam por essa temática. O autor Visitin (2013) estudou sobre a divisão das sobras e a restituição das quotas patrimoniais dos sócios nas cooperativas agropecuárias. Esta pesquisa apresentou o objetivo de, verificar qual o posicionamento das normas legais e jurisprudenciais acerca do assunto, visando definir parâmetros para atualização e restituição das quotas patrimoniais da sociedade cooperativa agropecuária. Já Gonçalves (2017) discorreu sobre a percepção dos associados perante as ações de responsabilidade social desenvolvidas em uma cooperativa de eletrificação. O seu objetivo era, identificar qual a percepção dos associados da cooperativa diante das ações de responsabilidade social que esta desenvolve. Por fim, Souza (2009) estudou sobre a importância do cooperativismo e a aplicação dos fundos de reservas. Sua pesquisa tinha como objetivo, analisar a aplicação do fundo de reserva, e o fundo de reserva de assistência técnica, educacional e social (RATES) em uma cooperativa de transporte.

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método científico congrega um conjunto de procedimentos e estratégias para alcance dos objetivos propostos, possuindo responsabilidade de garantir a harmonia entre todas as partes estudadas na pesquisa. Não poderá ser comparado a uma fórmula ou uma receita a ser seguida, pois para cada pesquisa existe um método mais adequado (CERVO; BERVIAN, 2007).

### 3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Quanto aos procedimentos metodológicos a pesquisa assume caráter descritivo, pois busca identificar e descrever as características do patrimônio líquido (PL) de uma cooperativa de eletrificação, verificando ainda, a percepção dos interessados referente à realização da RATES. Gil (2007) afirma que o principal objetivo da pesquisa descritiva é determinar as características de determinada população ou fenômeno, ou ainda verificar relações entre variáveis. O estudo de caso foi o método de pesquisa utilizado, pois a pesquisa aconteceu numa cooperativa de eletrificação localizada no sul de Santa Catarina. Conforme Viana (2001), o estudo de caso é um procedimento que permite a compreensão do objeto de forma aprofundada.

Os meios de investigação utilizados foram, a pesquisa bibliográfica, documental e a coleta de dados a partir de questionários. Na ótica de Marconi e Lakatos (2005) a pesquisa bibliográfica consiste no levantamento e seleção de documentos já publicados sobre o assunto. Neste sentido, para realização desta pesquisa optou-se pela consulta em artigos, monografias, livros, leis e sites



especializados em cooperativismo. Tratando-se da pesquisa documental Viana (2001) afirma que a mesma ocorre a partir da análise de documentos selecionados em função do problema a estudar, utilizando-se de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico. Neste sentido, buscou-se analisar os documentos da Coopera que possuíam relação com os programas e projetos desenvolvidos para os associados e funcionários.

Considerando a especificidade das técnicas empregadas, a abordagem foi qualitativa. Conforme Viana (2001) a pesquisa qualitativa visa analisar cada situação, buscando reconhecer relações, causas, significados e opiniões. De acordo com Joaquim Junior (2008) a finalidade da pesquisa qualitativa é interpretar assuntos com mais profundidade, descrevendo comportamentos.

### 3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Quanto ao procedimento de coleta, foram verificados os planos de contas da cooperativa nos últimos 05 anos e levantado os principais programas e projetos realizados pela cooperativa, junto ao setor de cooperativismo, possuindo o auxílio de consulta ao site, folders e cadernos que objetivam explicar as ações que envolvem a realização da RATES. Posteriormente, aplicou-se o questionário aos associados da cooperativa. Referente à realização da RATES, foram coletados os valores utilizados da reserva num período de 05 (cinco) anos, este período justifica-se pela intensificação do uso desta reserva pela cooperativa.

A coleta do questionário foi realizada com as pessoas que compareceram a um dos postos de atendimento da Coopera e aceitaram responder os questionamentos. Já o período de coleta foi entre os dias 06 e 24 de maio. Na totalidade foram 120 respostas. O questionário aplicado possui 17 questões, divididas em três grandes grupos: perfil, conhecimento e participação dos projetos e programas, satisfação, importância e benefícios da aplicação dos mesmos.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresentam-se dados referentes a COOPERA, os principais projetos e programas realizados para os associados, os valores utilizados da RATES num período de 05 (cinco) anos, a composição do Patrimônio Líquido da COOPERA e por fim, o resultado do questionário aplicado com os associados da COOPERA.

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

Iniciada por 60 associados, no dia 27 de janeiro de 1959, na cidade de Forquilha, considerada na época distrito de Criciúma, nascia a Cooperativa de Eletrificação Rural de Forquilha (CERFOL), hoje conhecida como Cooperativa Pioneira de Eletrificação (COOPERA). A Coopera foi à primeira cooperativa de eletrificação em Santa Catarina, iniciando na época a operação de 15 km de rede elétrica. Hoje, a cooperativa atende 1.758 km de rede elétrica, atuando nas cidades de Forquilha, Nova Veneza e Criciúma. Em dezembro de 2018 chegou ao número de 23.893 associados (COOPERA, 2019).

A Coopera possui como principal objetivo distribuir energia elétrica de qualidade, com segurança, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico sustentável da sociedade, promovendo, assim o cooperativismo. Valorizando as



pessoas, através da cooperação e excelência no serviço prestado, garantindo, assim, a sustentabilidade social. Considerada a maior Cooperativa em distribuição de energia elétrica do estado. A Coopera é responsável por promover o desenvolvimento social, político e econômico da região. (COOPERA, 2019).

Para cumprir com os seus objetivos perante a comunidade a Coopera realiza programas e projetos voltados aos cooperados e seus familiares, utilizando os recursos disponibilizados pela reserva de assistência técnica, educacional e social (RATES). O Quadro 06 demonstra os principais programas realizados na área de atuação da Coopera:

Quadro 06: Aplicação da RATES na Coopera.

<b>Programas e Projetos</b>	<b>Descrição</b>
<b>Coopera em Comunidade</b>	Realização de reuniões em várias localidades da área de atuação a COOPERA, com objetivo de averiguar dúvidas e sugestões dos associados.
<b>Responsabilidade Social</b>	As luminárias recolhidas da rede de energia elétrica da área de atuação da COOPERA são devidamente repassadas a uma empresa responsável pelo descarte de forma correta, sem prejudicar o meio ambiente. Além disso, são confeccionados adesivos a serem colados nas tomadas e computadores, com intuito de incentivar a diminuição do consumo de energia. Esses adesivos estão dispostos nas escolas que a COOPERA tem relacionamento, e em toda a sede da cooperativa.
<b>Núcleo Feminino</b>	Reunião de mulheres em encontros para a capacitação, para formar núcleos femininos, proporcionando conversas, debates e divulgando os princípios cooperativistas.
<b>Programa Cooper Jovem</b>	Em parceria com as demais cooperativas do estado, a OCESC/SESCOOP, oferece capacitação para educadores, de modo a incluírem na prática pedagógica os princípios, valores e métodos da educação cooperativa.
<b>Coopera em Ação</b>	Comemora o dia Internacional do cooperativismo com uma ação social na Praça de Forquilha. São montados estandes onde entidades, instituições e empresas parceiras ofertam seus serviços gratuitamente à população.
<b>Manual de integração</b>	Manual que descreve os direitos, deveres, atos cooperativos, missão, visão da Cooperativa, como funcionam as Assembleias, e dicas de conservação, economia de energia e segurança.
<b>Laboratório de Inovação Social (LABS)</b>	Encontros realizados com a comunidade buscando identificar as necessidades de melhorias na cidade. Busca criar novas ações e fomentar ações já aprovadas.
<b>Núcleo Educativo Cooperativo (NEC)</b>	Como órgãos educativos, consultivos e auxiliares do Conselho de Administração, o NEC, constitui-se em espaço de representatividade do território de atuação da COOPERA, visando à formação técnica e humana de seus integrantes, sem poderes de ação ou deliberação administrativa.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações da cooperativa.

Após compreender a amplitude das destinações realizadas através da RATES, é necessário visualizar os valores investidos nos programas, projetos e eventos citados no Quadro 06. No Quadro 07, apresenta-se as despesas absorvidas pela RATES nos últimos 05 (cinco) anos:



Quadro 07: Valores da RATES aplicado na Coopera.

Ano	2014	2015	2016	2017	2018
Conta	R\$ mil				
<b>Despesas absorvidas pela RATES</b>	520,55	713,59	620,43	1029,00	662,48

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações da cooperativa.

Conforme demonstrado na fundamentação teórica, os valores da RATES são provenientes das sobras e lucros de cada exercício, sendo assim, para garantir a compreensão da origem desta reserva, o Quadro 08 demonstra qual a porcentagem de destinação das sobras para cada conta, dentre reservas obrigatórias, que incluem o RATES e a Reserva legal e a reserva estatutária, contemplando a Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria.

Quadro 08: Destinações das sobras na Coopera

<b>As destinações das Sobras na COOPERA</b>	
Conta	%
Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (RATES)	05
Reserva Legal	40
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	35
Sobras à disposição da AGO	20
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações da cooperativa.

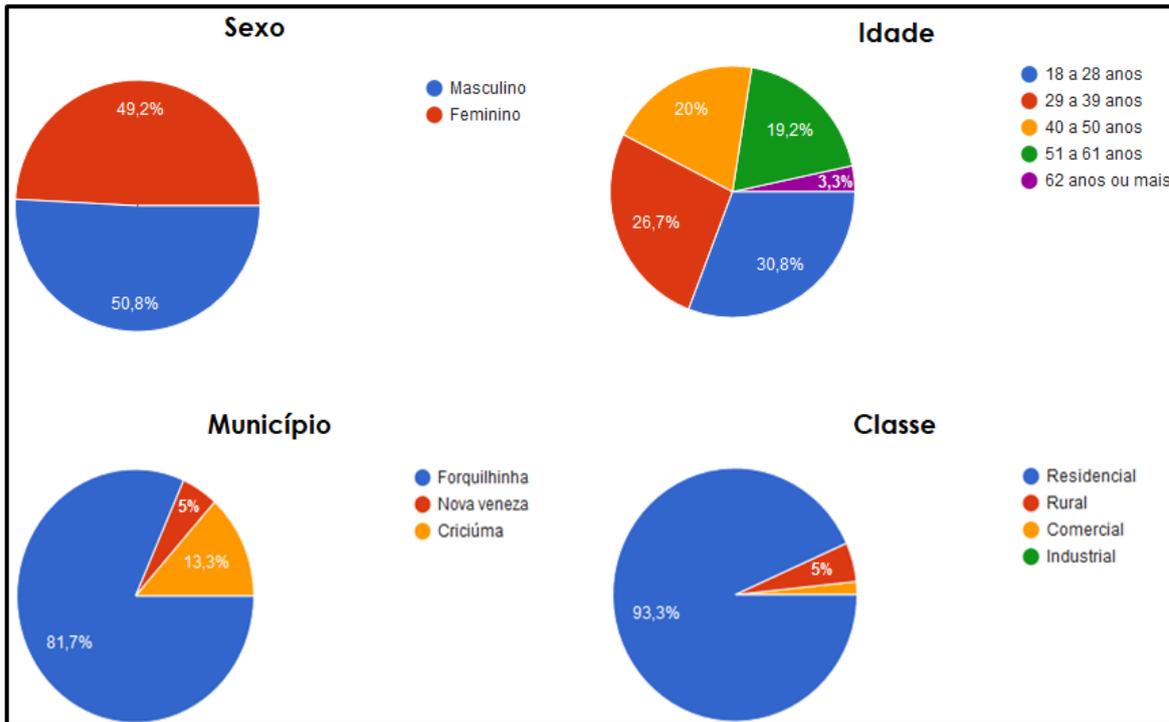
Ademais, após as destinações, as sobras ficam a disposição da AGO, podendo ser capitalizadas, destinadas a alguma reserva existente, ou ainda rateadas para os associados.

#### 4.2 APURAÇÃO DAS RESPOSTAS OBTIDOS NO QUESTIONÁRIO APLICADO

Diante das respostas obtidas com a aplicação dos 120 questionários, foram elaborados gráficos com o objetivo de demonstrar os resultados e analisar a percepção dos interessados diante da realização da reserva de assistência técnica, educacional e social (RATES). O Gráfico 01 traz o perfil dos respondentes, identificando-os (as) por sexo, idade, município e classe.



Gráfico 01: Perfil dos respondentes identificados (as) por sexo, idade, município e classe.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2019).

Sobre o perfil dos respondentes identificou-se que 50,8 (%) das pessoas eram do sexo masculino e 49,2(%) do sexo feminino, apresentado uma paridade quanto ao sexo dos questionados. Sobre as idades, 30,8(%) dos respondentes possuem entre 18 e 28 anos e 26,7 (%) entre 29 e 39 anos, ou seja, 57,5(%) dos respondentes têm menos de 40 (quarenta) anos de idade. Com relação ao Município de residência, 81,7(%) estão na cidade de Forquilha, outros 13,3(%) na cidade de Criciúma e os outros 5,00 (%) na cidade de Nova Veneza.

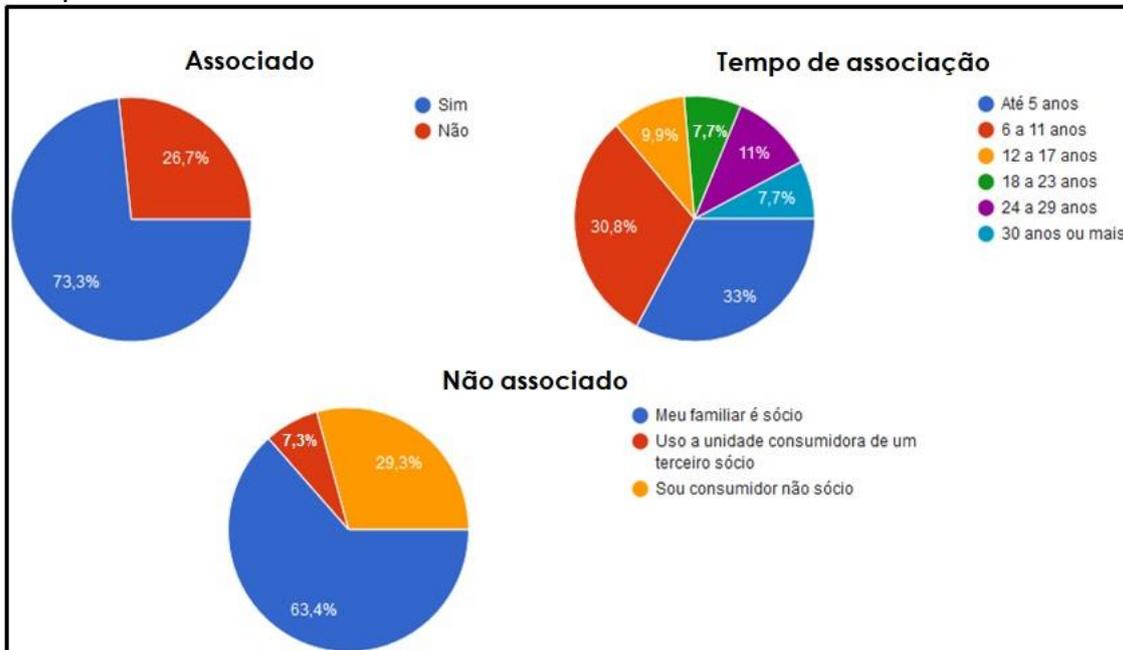
Considerando que mais da metade dos respondentes são residentes no Município de Forquilha, buscou-se coletar dados referente ao sexo e idade junto ao site do IBGE, com intuito de fortalecer resultados encontrados na presente pesquisa. Verificou-se que, em 2010, 49,85 (%) da população de Forquilha era composta por mulheres, e 50,15 (%) por homens, quanto à idade, 68,91 (%) dos residentes neste município possuem até 39 anos. Percebe-se, então, a similaridade dos resultados se comparados entre si. (IBGE, 2019)

Tratando-se das classes, nomenclatura dada ao usuário da rede de energia elétrica: residencial, rural, comercial e industrial, 93,3 (%) dos respondentes utilizam unidades residenciais. Cabe salientar que as outras três classes juntas tem a representatividade de apenas 6,7(%)

O gráfico 02 demonstram a compreensão dos respondentes com base no modo de relacionamento com a Coopera:



Gráfico 02: Perfil dos respondentes identificados (as) pelo relacionamento com a Coopera.

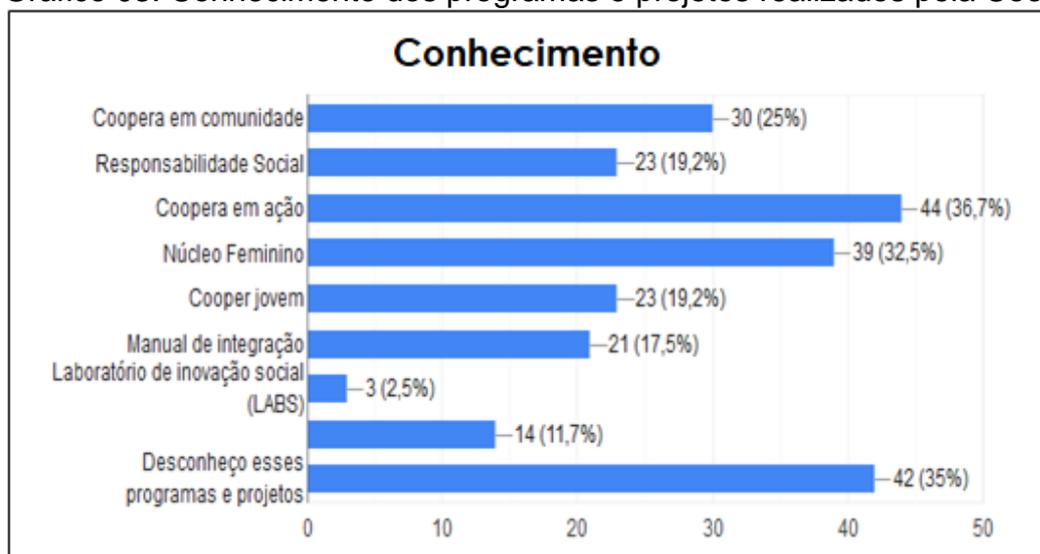


Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2019).

Verificando o gráfico 02, percebe-se que 73,3(%) dos respondentes são associados da cooperativa, ou seja, de 120 respondentes 88 são associados. Sobre os não associados, 26,7(%), correspondente a 32 pessoas, são não associados, contudo a maioria são familiares de associados. Quanto ao tempo de associação, 33,0(%) são associados à no máximo 05 anos, enquanto 30,8(%) são associados a no máximo 11 anos.

Após análise do perfil dos respondentes, a seção a seguir demonstrará as respostas obtidos quanto a percepção dos mesmos diante dos programas e projetos desenvolvidos pela cooperativa a partir do RATES.

Gráfico 03: Conhecimento dos programas e projetos realizados pela Coopera.

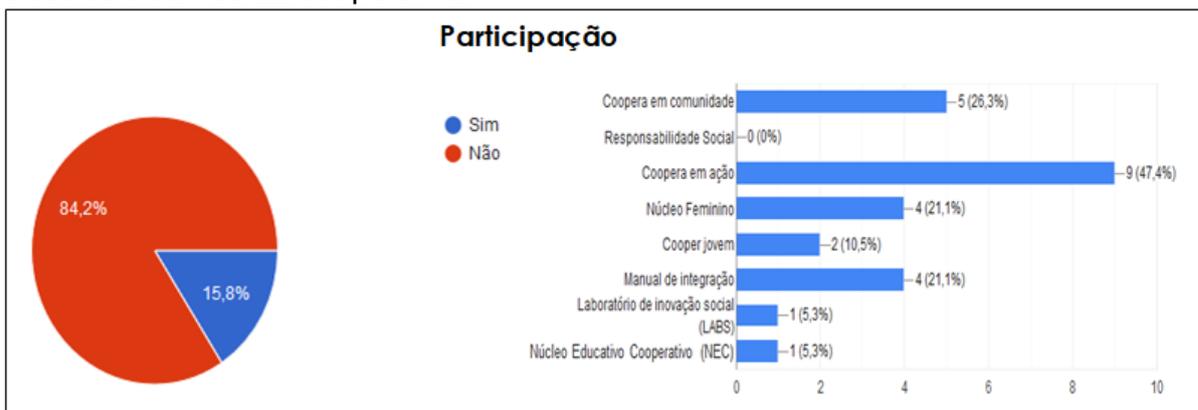


Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2019).



Verificando o gráfico 03, constata-se que os programas e projetos mais percebidos pelos respondentes são Coopera em ação, com 36,7(%), Núcleo Feminino, com 32,5(%) e Coopera em comunidade 25,00(%). Destaque-se também, o número de respondentes que desconhecem as ações realizadas pela cooperativa, compreendendo 35,0(%) das respostas.

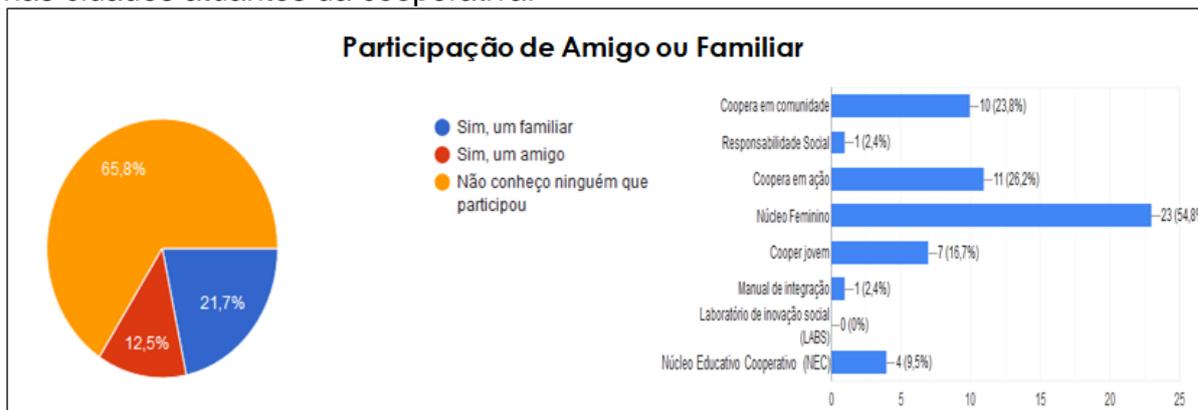
Gráfico 04: Participação dos respondentes nos programas e projetos sociais nas cidades atuantes da cooperativa.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2019).

Sobre a participação dos respondentes nos programas e projetos realizados nas cidades em que a cooperativa atua, percebe-se que 84,2(%) não participaram de nenhum destes projetos e programas, e dentre os programas com mais participação estão o Coopera em ação, com 47,4(%), Coopera em comunidade com 26,3(%)

Gráfico 05: Participação de amigos ou familiares nos programas e projetos sociais nas cidades atuantes da cooperativa.



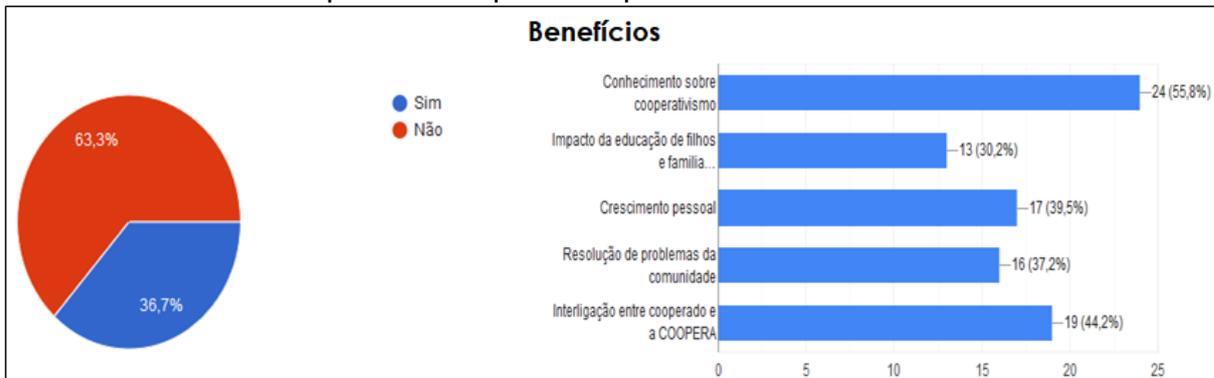
Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2019).

Sobre a participação de amigo ou familiar, 23,8(%) dos respondentes conheciam amigos ou familiares que participaram dos projetos e programas realizados pela cooperativa. Sendo que, 65,8(%) responderam não conhecer ninguém que participou. Dentre os que conheciam, os programas com mais participação, foram o Núcleo Feminino com 54,8(%) e o Coopera em ação com 26,2(%). Após analisar o conhecimento e a participação dos questionados nos



programas e projetos desenvolvidos pela cooperativa, será verificado se tais perceberam os benefícios gerados por estas ações dentro da comunidade que são residentes.

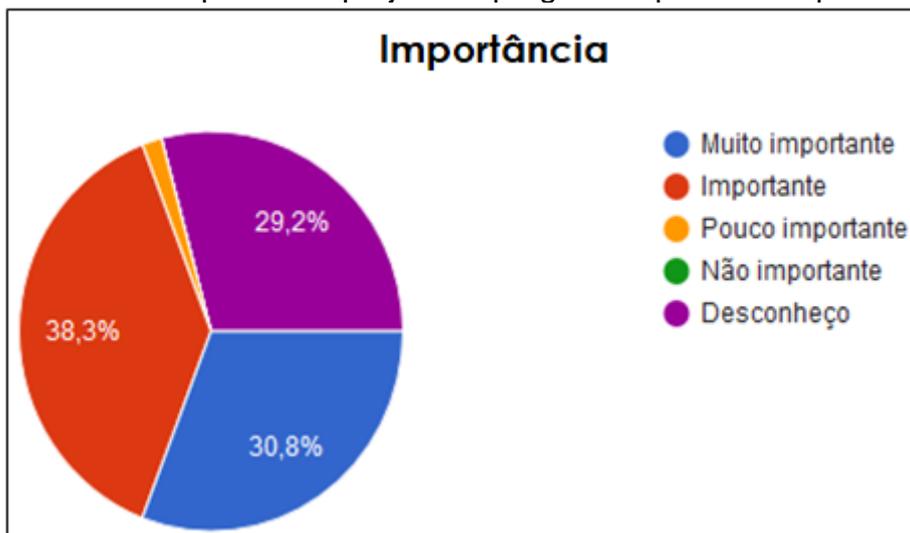
Gráfico 06: Benefícios percebidos pelos respondentes.



Observando, então, as respostas dispostas no gráfico 06, percebe-se que 63,3(%) do questionados não identificaram os benefícios da aplicação destas ações realizadas pela cooperativa. Dentro os 36,7(%) dos respondentes que perceberam os benefícios, consideraram o Conhecimento sobre cooperativismo, com 55,8(%) das respostas e Interligação entre cooperado e a Coopera, com 44,2(%) das respostas os benefícios mais aparentes.

Os respondentes foram indagados sobre a importância e a satisfação das ações realizadas pela cooperativa. A seguir serão apresentadas as análises correspondentes a estas respostas coletadas:

Gráfico 07: Importância projetos e programas para os respondentes.

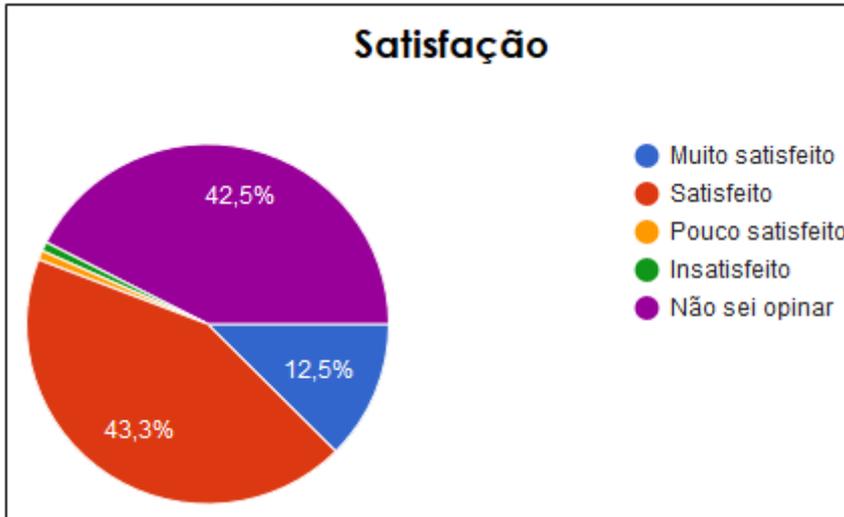


O gráfico 07 está relacionado ao grau de importância dos programas e projetos realizados pela Coopera. Apesar da baixa percepção e participação dos respondentes nas ações sociais, conforme os resultados encontrados nos gráficos 03,04 e 05, 38,3(%) dos respondentes considera essas ações importantes e 30,8(%)



julga-as Muito Importantes. Vale salientar que 29,2(%) responderam que desconhecem o grau de importância destes programas e projetos. Salienta-se que nenhum dos questionados considerou as ações Não importantes.

Gráfico 08: Satisfação dos respondentes sobre os projetos e programas.

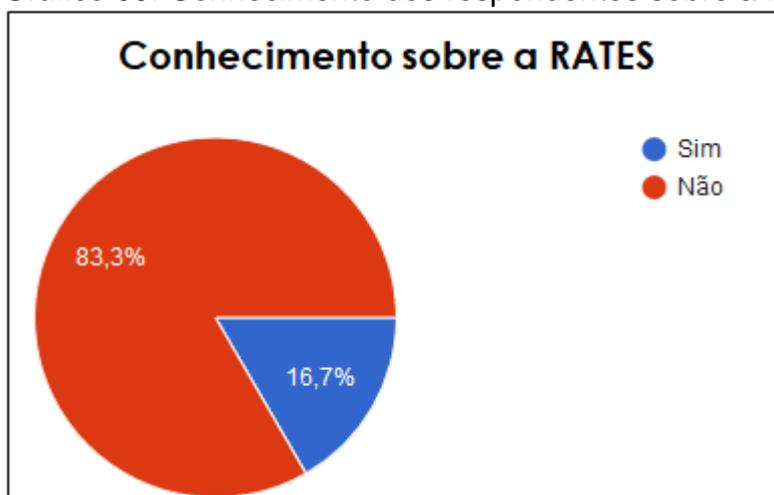


Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2019).

Com relação à satisfação, o gráfico 08 dispõe que 43,3(%) dos respondentes estão satisfeitos com a realização dos programas e projetos, no entanto 42,5(%) não soube opinar, isso porque não conhece ou não participa de nenhuma ação social feita pela cooperativa, de acordo com os gráficos 03,04 e 05.

Por fim, como explicado na fundamentação teórica, o recurso para a realização destes programas e projetos provém da reserva de assistência técnica, educacional e social (RATES), por este motivo, foi inquirido aos questionados se estes conheciam essa reserva. O gráfico 09 aponta as respostas coletadas:

Gráfico 09: Conhecimento dos respondentes sobre a RATES.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2019).



Verificando o gráfico observa-se que 83,3(%) dos questionados, correspondendo a 100 pessoas, responderam que desconhecem essa reserva. A partir deste resultado, percebe-se que mesmo aqueles que percebem a realização da RATES, ou seja, conhecem os programas e projetos, não possuem conhecimento de qual a origem do recurso aplicado para fomentar essas ações desempenhadas.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cooperativas de eletrificação (CE's) nasceram com objetivo de propiciar desenvolvimento e oportunidade para as regiões de atuação, levando energia a distâncias fartas. Estas se destacam por apresentar diferenças específicas quando comparadas com as demais formas de organização, principalmente por serem constituídas a partir de uma associação de pessoas que se uniam a um intuito comum. As CE's partem do pressuposto de proporcionar melhorias sociais.

Sancionadas pela lei 5.764/71 as cooperativas, tem como obrigatoriedade destinar parte das sobras e total dos lucros para uma conta chamada reserva de assistência técnica, educacional e social (RATES). Esta reserva é responsável por fomentar programas e projetos sociais realizados dentro da área de atuação da cooperativa. Sendo assim, o objetivo deste estudo foi, identificar a composição do patrimônio líquido e a percepção da realização da reserva de assistência técnica, educacional e social em uma cooperativa de eletrificação.

Tratando-se dos resultados, foi possível verificar que as principais mutações ocorridas no PL da Coopera acontecem na entrada e saída de capital e na apuração de resultado de cada período, auferindo destinações a partir das obrigações legais e estatutárias. Constatou-se, ainda, que na Coopera 80% das sobras do exercício possui destinação fixa, dentre elas legais ou definidas pelo estatuto, restando apenas 20% de sobras líquidas a serem deliberadas pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Sobre os questionários aplicados, percebe-se que a Coopera possui diversos programas e projetos desenvolvidos a partir da RATES, porém a maioria dos associados não percebe a realização das ações. Dos programas e projetos realizados, percebe-se que os mais conhecidos são “Coopera em ação”, “Núcleo Feminino” e “Coopera em comunidade” Quanto à participação, evidenciam-se os mesmos três programas citados anteriormente. Todavia, mesmo apresentando destaque nestes três programas, a percepção ainda é baixíssima.

Como contribuição da pesquisa, destaca-se a importância do entendimento sobre as diferenças na composição do patrimônio líquido de uma cooperativa, podendo ainda, demonstrar a gama de ações realizadas em favor da comunidade a partir de uma reserva obrigatória. O resultado obtido nesta pesquisa limita-se ao ocorrida na Coopera, podendo apresentar conclusão diferente se aplicado em outra cooperativa de eletrificação.

Propõe-se para futuros estudos a verificação de um mecanismo eficiente para divulgação dos programas e projetos realizados, com o intuito de aumentar a percepção da realização da RATES na Coopera. Poderá, também, desenvolver uma análise de um dos programas ou projetos aplicados, com objetivo de identificar se este está cumprindo o propósito pelo qual foi criado.



## REFERÊNCIAS

ARRIGONI, F.J. Aplicações Sociais das sociedades cooperativas: um modelo de demonstração contábil. **Revista contabilidade & Finanças USP**. São Paulo, n. 23, jan.-jun. 2000.

BORTOLINI, Gilberto; SANTOS, José Zigomar Vieira dos. **Capital Social na Formação de uma Cooperativa agrícola**. In: EMATER: 2013. Disponível em: <[http://www.emater.tche.br/site/arquivos\\_pdf/teses/Gilberto%20Bortolini.pdf](http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Gilberto%20Bortolini.pdf)>. Acesso em: 13 de out. de 2018.

BRASIL. Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L5764.htm)>. Acesso em: 25 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6404compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis n.ºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis n.ºs 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, 11.732, de 30 de junho de 2008, 10.260, de 12 de julho de 2001, 9.873, de 23 de novembro de 1999, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.345, de 14 de setembro de 2006; prorroga a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; revoga dispositivos das Leis n.ºs 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis n.ºs 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.964, de 10 de abril de 2000, e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos n.ºs 83.304, de 28 de março de 1979, e 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm)>. Acesso em 20 de mar. 2019.

CARDOSO, João Vanio M; CAMILO, Silvio Parodi O; GUINZANI, Miguelangelo. Cooperativas de eletrificação de Santa Catarina: ambiente regulado, importância



econômica e a satisfação do consumidor. In: CONGRESSO SUL CATARINENSE DE ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO EXTERIOR, 1., 2017, Criciúma.

**Desenvolvimento do Sul Catarinense: O futuro já.** Criciúma: 2017. p. 1 - 15.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica.** 6. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 162p.

DAROS, J. **Meio Século de História: 50 anos COOPERA, 1959-2009.** Forquilha: COOPERA, 2009

DUARTE, Lajyárea Barros; VIEIRA, Paulo Gonçalves L. **Adequada utilização dos fundos da cooperativa: FATES, Reserva Legal e outros.** 1º Ciclo de Palestras sobre Gestão em Cooperativas. 2016, Sescop/SP.

FECOERGS. **História.** Disponível em:

<<http://www.fecoergs.com.br/pagina.php?cont=historia.php&sel=2>> Acesso em; 25 ago. 2018.

FECOERUSC. **Empresa.** Disponível em: < <http://www.fecoerusc.coop.br/empresa.>> Acesso em: 13 de out. de 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed São Paulo: Atlas, 2007. 175 p.

GONÇALVES, Daniela Colombo Vitali. **Percepção dos associados perante as ações de responsabilidade social desenvolvidas em uma cooperativa de eletrificação.** 53 f. Trabalho de conclusão de curso (Ciências Contábeis) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/handle/1/5396>>. Acesso em: 02 de mai. 2019.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICA. **Pesquisa da característica da população forquilhense.** 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/forquilha/pesquisa/23/25888?detalhes=true>> . Acesso em: 10 de jul. 2019.

JOAQUIM Junior, Martins. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

KOWALSKI, Fábio Darci; FERNANDES, Francisco Carlos; FARIA, Ana Cristina de. Análise dos Controles Internos Relacionados às Atividades Ambientais das Cooperativas Catarinenses de Energia Elétrica por meio da Matriz de Importância-Desempenho de Slack. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Mina Gerais, v.21, n.2, p. 153-177, abr./jun. 2010.

LIMA, Andréia de Oliveira. A contabilidade nas sociedades cooperativas e nas sociedades empresárias. **Revista Eletrônica de Contabilidade.** Ed. especial. Rio Grande do Sul, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005. 315 p.



MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. São Paulo: Atlas, 2015.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josediton Alves. **Análise didática das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2014.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubes; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sergio de. **Manual da Contabilidade Societária: Aplicável a todas as sociedades**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013. 922 p.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994. 116 p.

MUNARETTO, Lorimar Francisco. **Um estudo relativo ao processo histórico das cooperativas de eletrificação: o caso do Brasil e Estados Unidos**. 3º Fórum Internacional Eoinovar. Santa Maria/RS, 2014.

\_\_\_\_\_. **Resolução CFC nº 920, de 19 de dezembro de 2001**. Aprova a NBC TE 10.8 – Entidades Cooperativas.

OCB–Organização das Cooperativas do Brasil. Classificação das Cooperativas. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/ramos/index.asp>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

OCMG – Sistema e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais; SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo de Minas Gerais. **Fundos de Cooperativas**. Minas Gerais, 2011.

PASIN, D. R. **Contexto das cooperativas de eletrificação no Brasil**. Sistema OCB.10/2013. Disponível em: [http://www.aciamericas.coop/IMG/pdf/seminario\\_servicios\\_publicos\\_roque.pdf](http://www.aciamericas.coop/IMG/pdf/seminario_servicios_publicos_roque.pdf). Acessado em 15 de set. 2018.

PELEGRINI, M.A. **Regulação das cooperativas de eletrificação rural**. 2003. Tese (Doutorado em Engenharia) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2003.

RECH, Daniel. **Cooperativas: Uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RODRIGUES, Jessé Aquino; FIORENTIN, Adilson Primo; MARTINS, Tomas Sparano. A utilização dos resultados como estratégia de capitalização nas cooperativas agropecuárias paranaenses. **Revista Paraná Cooperativo**. Paraná, ed. 16. 2017.

SANTOS, Ariovaldo dos; GOUVEIA, Fernando Henrique Câmara; VIEIRA, Patrícia dos Santos. **Contabilidade das sociedades cooperativas: aspectos gerais e prestação de contas**. São Paulo: Atlas, 2008.



SEBRAE/MG. **Cooperativas**: Série Empreendimentos Coletivos. In SEBRAE: 2009. Disponível em: < <http://www.bibliotecas.sebrae.com.br>>. Acesso em: 13 de out. de 2018.

SOUZA, Simone Pereira de. **A importância do cooperativismo e a Aplicação dos Fundos de Reservas**. 23 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Administração) Universidade Federal de Rondônia – UNIR, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/1678>>. Acesso em: 14 de mai. 2019.

VIANA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do Trabalho Científico**: Um enfoque didático da produção científica. São Paulo: E.U.P., 2001.

VISITIN, Fábio. **A divisão das sobras e a restituição das quotas patrimoniais dos sócios nas cooperativas agropecuárias**. 58 f. Monografia de Curso de Pós-graduação Lato Sensu da Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2013. Disponível em: < <http://repositorio.unesc.net/handle/1/2143>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

YIN, Robert K. . **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.



## APÊNDICE(S)



## APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA ASSOCIADOS

Questionário para identificar o conhecimento dos associados referente à aplicação da Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social.

\*Obrigatório

1) Sexo \*

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
- Feminino

2) Idade \*

Marcar apenas uma oval.

- 18 a 28 anos
- 29 a 39 anos
- 40 a 50 anos
- 51 a 61 anos
- 62 anos ou mais

3) Qual município é a sua Unidade Consumidora? \*

Marcar apenas uma oval.

- Forquilhinha
- Nova Veneza
- Criciúma

4) Você é associado da COOPERA? \*

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

5) Se a sua resposta for SIM: a quanto tempo você é sócio?

Marcar apenas uma oval.

- Até 5 anos
- 6 a 11 anos
- 12 a 17 anos
- 18 a 23 anos
- 24 a 29 anos
- 30 anos ou mais

6) Se sua resposta for NÃO: Qual a sua relação com a COOPERA?

Marcar apenas uma oval.

- Meu familiar é sócio



- Uso a unidade consumidora de um terceiro sócio
- Sou consumidor não sócio

7) Qual a sua classe de consumo? \*

Marcar apenas uma oval.

- Residencial
- Rural
- Comercial
- Industrial

8) Assinale qual ou quais desses programas/projetos feitos pela COOPERA você conhece? \*

Marque todas que se aplicam.

- Coopera em comunidade
- Responsabilidade Social
- Coopera em ação
- Núcleo Feminino
- Cooper jovem
- Manual de integração
- Laboratório de inovação social (LABS)
- Núcleo Educativo Cooperativo (NEC)
- Desconheço esses programas e projetos

9) Você já participou de algum desses programas/projetos? \*

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

10) Se sua resposta anterior foi SIM: qual ou quais programas/projetos você participou?

Marque todas que se aplicam.

- Coopera em comunidade
- Responsabilidade Social
- Coopera em ação
- Núcleo Feminino
- Cooper jovem
- Manual de integração
- Laboratório de inovação social (LABS)
- Núcleo Educativo Cooperativo (NEC)

11) Algum familiar ou amigo já participou de algum desses programas/projetos? \*

Marcar apenas uma oval.



- Sim, um familiar
- Sim, um amigo
- Não conheço ninguém que participou

12) Se sua resposta anterior foi SIM: Qual ou quais desses programas/projetos seu familiar ou amigo participou:  
Marque todas que se aplicam.

- Cooperar em comunidade
- Responsabilidade Social
- Cooperar em ação
- Núcleo Feminino
- Cooperar jovem
- Manual de integração
- Laboratório de inovação social (LABS)
- Núcleo Educativo Cooperativo (NEC)

13) Qual a importância desses programas/projetos para a sua cidade? \*  
Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Não importante
- Desconheço

14) Você sentiu os benefícios da aplicação desses programas/projetos na sua comunidade? \*

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

15) Se sua resposta anterior foi SIM: Assinale quais benefícios foram esses:  
Marque todas que se aplicam.

- Conhecimento sobre cooperativismo
- Impacto da educação de filhos e familiares
- Crescimento pessoal
- Resolução de problemas da comunidade
- Interligação entre cooperado e a COOPERA

16) Qual o seu grau de satisfação quanto à aplicação desses programas/projetos em sua comunidade? \*

Marcar apenas uma oval.

- Muito satisfeito
- Satisfeito



- Pouco satisfeito
- Insatisfeito
- Não sei opinar

17) Você sabia que esses programas/projetos são fomentados pela RATES (Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social)? \*

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não